2.ª Sessão Legislativa da 4.ª Legislatura
Ata da 35.ª Sessão Ordinária, em 28 de junho de 1960

Presidência do sr. deputado Guataçara Borba Carneiro, secretariada pelos srs. deputados Aníbal Curi e Nicanor de Vasconcelos.

À hora regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Guataçara Borba Carneiro, Paulo de Camargo, Pedro Liberti, Aníbal Curi, Nicanor de Vasconcellos, Agostinho Rodrigues, Antonio Anibelli, Antonio Ruppel, Amaury Silva, Cândido Machado de Oliveira Neto, Emílio Carazzai, Thadeo Sobocinski, José Vaz de Carvalho, João Mansur, Joaquim Néia, Raphael Kuliski, Luiz Alberto Dalcanalle, Mário Faraco, Néo Martins, Nilson Ribas, Ruy Gândara, Vargas de Oliveira, Waldemar Daros e Waldemiro Haneiko (24); achando-se ausentes, os seguintes srs. deputados: Zaqueu de Melo, Ambrosio Choma, Amadeu Puppi, Nivaldo Gomes, Elias Nacle, Ernesto Moro, Dino Veiga, Haroldo Leon Péres, Elio Duarte Dias, Jorge Maia, Jorge Nassar, José Hoffmann, João Simões, Libânio Cardoso, Mário de Barros, Álvaro Dirceo Viana, Miguel Dinizo, Renato Bueno, Sady de Brito, Léo de Almeida Neves e Vidal Vanhoni (21).

Verificada a existência de número legal o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO,

passando o sr. 2.o Secretário à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão a ata.

O SR. ANTONIO RUPPEL — (Sôbre a ata) Sr. Presidente, srs. deputados. Quero, nesta oportunidade, requerer à Mesa, depois de ouvido o plenário, seja dirigido ofício à Associação de Veteranos do Paraná, louvando e congratulando-me com a iniciativa que teve de trazer a esta Capital, a Associação de Veteranos do Uruguai, proporcionando um espetáculo esportivo em prol da Associação Paranaense de Reabilitação. Nesta época em que vivemos, é digna de louvores essa grande iniciativa da Associação de Veteranos do Paraná.

O Sr. Antonio Annibelli — V. Excia. permite um aparte? **(Assentimento)** Eu desejo, em nome da bancada do meu partido, hipotecar inteira solidariedade ao voto de regozijo que V. Excia. nestet instante requer nesta Casa. Porque, como bem disse V. Excia., o esporte é tão sadio em nossa terra, que não cuida sòmente do nosso corpo, de nós esportistas, mas sim, até da Associação de Reabilitação, como bem disse V. Excia. Os veteranos do futebol paranaense, desportistas na mais sadia das expressões, hoje, quando seus músculos já não mais têm mocidade e não podem oferecer espetáculos bonitos para o povo que se reúne em praça para apreciá-los, para elogiá-los, para aplaudi-los, o fazem agora na maturidade da sua vida, para ajudar associação como aquela que ajudou domingo passado, os veteranos do futebol do Paraná.

De sorte que, a minha bancada se congratula com V. Excia. pela oportunidade do voto de regozijo que V. Excia. pede a esta Casa, porque nós da politica paranaense, só temos de dar aplausos à iniciativa dos velhos futebolistas paranaenses que hoje emprestam o sadio patriotismo, na prática do esporte, para beneficiar os necessitados da nossa terra e do nosso Estado.

Eu quero me congratular com V. Excia. nesta oportunidade, pela idéia que V. Excia. teve com a idéia brilhante que neste instante eu reputo de patriótica.

O SR. ANTONIO RUPPEL — Obrigado. Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a ata (**pausa**). Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro-a aprovada com as observações feitas pelo sr. deputado Antonio Ruppel.

O SR. 1.o SECRETÁRIO procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— Do sr. deputado Waldemiro Haneiko, solicitando 91 (noventa e um) dias de licença para tratamento de interêsses particulares.

— Do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.o 193-60.

— Do sr. deputado Nilson Ribas, solicitando a transcrição, nos Anais da Assembléia, dos artigos "Esquema cafeeiro foi aprovado sem uma voz de protesto" e "Junta Administrativa do IBC é um órgão falido e despersonalizado", publicados, respectivamente, pelos matutinos "O Estado do Paraná" e "Diário do Paraná".

— Do sr. deputado Renato Bueno, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n°s. 122-59, 263-60.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n°

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar o Educandário Nossa Senhora de Fátima, de Dois Vizinhos, município de Pato Branco, na construção do prédio próprio.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 28 de junho de 1.960.

(a) Waldemiro Haneiko

JUSTIFICAÇÃO — Dois Vizinhos, florescente distrito de Pato Branco, enfrenta o sério problema da falta de estabelecimento escolar para suas quatrocentas crianças sem instrução.

O crédito, ora proposto, tem por objetivo colaborar com a instituição beneficiando no sentido de que ela abra, com urgência, suas portas à infância e juventude de Dois Vizinhos e lhes ministre os conhecimentos, cuja aquisição lhes é garantida pela Magna Carta.

Projeto de Lei n°

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), destinado a auxiliar o Colégio de São José, de Jacaratiá, município de Francisco Beltrão, na construção do prédio próprio.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 28 de junho de 1960

(a) Waldemiro Haneiko

JUSTIFICAÇÃO: — A localidade de Jaracatiá, situada na região sudoeste, que experimenta atualmente um surto de progresso comparável ao registrado na setentrional do Estado, acompanha também o processo de rápido desenvolvimento.

Sua população cresce dia a dia, em razão da chegada de dezenas de famílias dos Estados sulinos, atraídos pelo futuro de Jacaratiá.

Nestas condições, se resesnte dos benefícios naturais de uma comunidade em estágio de crescimento ordenado, notadamente no setor educacional. Daí a necessidade do Poder Público vir em auxílio da população em idade escolar, cuja cifra ultrapassa a casa das quatrocentas crianças.

É exatamente o que pretendemos com a abertura do crédito de Cr$ .... 1.000.000,00, ou seja, auxiliar o Colégio de São José a concluir suas obras no menor prazo possível, a fim de prestar serviços à infância de Jaracatiá, em condições confortáveis de higiêne e de acôrdo com exigências da moderna pedagogia.

Projeto de Lei nº

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Os cargos isolados de 1 (hum) Revisor de Redação padrão "P" e 1 (hum) Motorista padrão "O", lotados no Departamento de Turismo e Divudlgação do Estado, ficam elevados ao padrão "S".

Art. 2.o — A despesa decorrente da execução da presente lei correrá por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 3.o — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 28 de junho de 1960

(a) Agostinho Rodrigues.

JUSTIFICATIVA: — Verbal em Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado João Vargas de Oliveira.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados. Venho a esta tribuna para fazer um apêlo ao Govêrno do Estado, no sentido de que mande pagar os professores suplementaristas, que já se encontram com quatro meses de atraso.

Fui procurado em Ponta Grossa para fazer êste apêlo porque, mesmo os profesores efetivos, já estão quase com dois meses de atraso. Os funcionários públicos do Estado percebem vencimentos que não atendem às suas necessidades, que estão muito aquém do que êles merecem e deviam receber. Esses atrasos virão acarretar mais dificuldades, porque todos êles terão que recorrer a empréstimos pagando, muitas vêzes, juros exorbitantes, diminuindo, desta forma, seus vencimentos e causando às suas famílias dificuldades, mesmo falta de confôrto porque o funcionalismo no Paraná como já disse diversas vêzes, é o menos pago do Brasil.

Como já afirmei, em outras oportunidades, o inicial de carreira de uma professora normalista, no Estado de São Paulo, é de Cr$ 12.000,00. No do Rio Grande do Sul, é de Cr$ 11.000,00; enquanto que no Paraná é de Cr$ 6.500,00. Um promotor público de 4.a entrância, aqui no Paraná, percebe Cr$ 30.000 00, ao passo que, no Estado de São Paulo êle ganha Cr$ 65.000,00 e assim por diante. A diferença do custo de vida entre São Paulo e Curitiba não atinge mais do que 30%. No entanto, a diferença de vencimentos entre êsses dois Estados é de mais de 100%.

O govêrno vem iludindo o funcionalismo público com o plano de reclassificação que, sabemos nós, já se encontra terminado. Entretanto, está engavetado para que seja enviado a esta Assembléia nas vésperas das eleições, justamente na época em que esta Casa não funciona, uma vez que, nessa ocasião, infelizmente, os srs. Deputados vão ao interior para defender seus candidatos.

Um projeto oportunísimo, que viria suavisar um pouco, a vida da nobre classe do funcionalismo público, foi apresentado nesta Assembléia pelo sr.

deptuado Agostinho Rodrigues, conhecedor profundo dessa classe e que sempre tem, aqui, defendido êsse projeto. Em virtude das promessas de que o sr. governador do Estado iria enviar o plano de reclassificação, aquêle se encontra paralizado, desde que o requerimento de urgência não foi aprovado.

É preciso, sr. Presidente e srs. Deputados que aprovemos êsse requerimento de urgência. O govêrno do Estado não irá enviar, em época oportuna, êsse plano face o sr. governador estar, todos os dias, nomeando. É uma orgia de nomeações. É uma vergonha para o Paraná que se esteja fazendo política à base de nomeações. Porém, infelizmente, o Govêrno assim está procedendo. Só em Ponta Grossa, em três meses, foram nomealos 300 funcionários e inúmeras professoras, sendo que a maioria delas, 90% mais ou menos, não são normalistas. Algumas delas nem o curso primário possuem, estão encostadas naquêles Grupos que já estavam abarrotados de professoras. Já existiam lá mesmo, professoras em demasia. Sobrando em todos os grupos, mas, o Govêrno, na ânsia de fazer o seu candidato vencer, continua nomeando continua infelicitando o Paraná com êsse regime de empreguismo que eu acredito, seja no momento o maior mal no Brasil. Faz-se política nesse infeliz Estado e no nosso infeliz Brasil, na base sòmente da politicagem, da snomeações, das negociatas e sò com isso êles querem fazer prestígio. Ninguém se preocupa com os problemas do povo. Os Governos estão longe de saber o que o povo está sofrendo, passando fome e a classe média está ficando pobre, já não pode suportar mais as dificuldades do presente.

Nós precisamos, sr. Presidente e srs. Deputados, esta Assembléia precisa cada vez mais gritar, e cada vez mais alto contra essa gente que se apossa dos cargos públicos para o empreguismo, para se eleger, para fazer trampolim para que um candidato consiga se eleger, para faze ro empreguismo de um afilhado, do seu parente e de todos aquêles que prometem voto e que prometem apoio politico.

É preciso que o Brasil saia dessa fase triste de nossa história, é preciso que o Brasil caminhe por um caminho certo, que só se elejam os homens que de fato têm valor, só se elejam os homens que de fato façam algo pelo bem estar público, só se elejam os homens que já provaram ser administradores, que são homens capazes e honestos.

É necessário, sr. Presidente e srs. Deputados, que se mude o rumo das coisas, porque dessa forma, da maneira que estamos caminhando, estamos fortalecendo o comunismo, estamos fortalecendo os regimes totalitários, porque o povo brasileiro, o povo que sofre, a massa já está descrendo da democracia, dos homens que os representam e daqueles que êles elegeram.

O sr. Joaquim Néia — V. Excia., me permite um aparte?

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Concedo um aparte à V. Excia.

O sr. Joaquim Néia — Eu estou ouvindo com muita atenção a denúncia, a nosso ver, gravíssima, que V. Excia., com muita propriedade vem trazer ao conhecimento desta Casa o que vem ocorrendo no Município que V. Excia., muitd bem representa nesta Assembléia, o progressista Município de Ponta Grossa. Ocorre isso, também, de um modo geral em todos os Municipios do Paraná.

Vou trazer a V. Excia., nesta oportunidade, um fato que ocorre no Municipio de Carlópolis, onde uma professora nomeada, nesta verdadeira ânsia pré-eleitoral, profesora que foi nomeada para o Grupo Escolar de Carlópolis, dona Alair Ribeiro de Campos, essa professora têm até mesmo, para receber os seus vencimentos, um procurador, porquanto essa professora não reside no Municipio de Carlópolis e muito menos leciona no Grupo de Carlópolis. Reside atualmente no Municipio de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Outra professora, dona Ondina Neves Soares, irmã do Presidente da Câmara de Carlópolis, também tem o seu procurador para receber os seus vencimentos. Essa professora reside no Municipio de Pirajú, no Estado de São Paulo.

Ainda mais, nobre deputado João Vargas de Oliveira, para corroborar

esta denúncia que V. Excia. está trazendo, quero dizer, também, de um assunto que foi focalizado pelo matutino o "Estado do Paraná" em ampla reportagem dando conhecimento ao Paraná todo de uma nomeação verdadeiramente absurda. Nomeação que só podemos qualificar e só podemos admiti-lo neste verdadeiro período que precede a campanha eleitoral. Um cidadão do Partido Social Democrático, que tinha a função de extra-numerário contratado, prestando seus serviços na Coletoria Estadual de Joaquim Távora, foi aquinhoado, no ato, com uma nomeação de bibliotecário, padrão "O" do quadro geral do Instituto de História Natural, da Secretaria de Agricultura No dia seguinte, foi transferido para o mesmo padrão "O" da carreira de Fiscal de Rendas, passando na frente, prejudicando, nada mais, nada menos do que 400 funcionários que estavam aguardando esta nomeação. E eu quero dizer a V. Excia. que êste ilustre cidadão sr. Raul Misael, foi aquinhoado, porque em Joaquim Távora, é um dos baluartes da campanha, é um dos grandes cabos eleitorais do candidato Plínio Costa. Como todos vêem, inclusive, foi interposto um mandado de segurança pelos Fiscais de Rendas do Estado, contra êsse ato do sr. Governador do Estado. Por aí, nobre Deputado, V. Excia. vê que o que ocorre em Ponta Grossa vem sucedendo a todos os municípios do Paraná. Agora há pouco, fui informado de que no mês passado, pela Secretaria de Educação, foram nomeadas nada mais nada menos do que cinco mil e duzentas professoras, na sua maioria professoras analfabetas, que nem siquer possuem o curso primário.

Era êste o aparte que queria dar a V. Excia., em colaboração a esta denúncia gravíssima que V. Excia. traz nesta oportunidade para conhecimento da Assembléia.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Agradeço ao sr. deputado Joaquim Néia, esta colaboração valiosa que vem comprovar que, de fato, não é sòmente em Ponta Grossa que estão ocorrendo êsses desmandos e essas imoralidades. Mesmo porque, acredito que em Ponta Grossa, as proporções sejam bem pequenos, porque o município, graças a Deus, é um dos municípios onde o sr. Moysés Lupion não tem conseguido votação. Portanto não consegue mesmo cabos eleitorais, para pagar, assim, em número já tão elevado.

Quero dizer que acompanhei também pela imprensa, essa nomeação do sr. Misael que veio prejudicar 400 funcionários da Secretaria da Fazenda e com a promoção que devia ter sido feita, de um funcionário, iria beneficiar diversos dêsses funcionários. Aqui estou solidário com êsses funcionários da Secretaria da Fazenda, que foram injustiçados e acredito que êles, na justiça encontrarão de fato justiça, fazendo com que les sejam os beneficiados e não êsse protegido do govêrno, êsse cabo eleitoral, pago tão indignamente.

Lá em Ponta Grossa, além das nomeações a que me referi, fui cientificado também, pela diretora de um Grupo que cujo nome não poderei citar, porque senão, amanhã, ela não só perderá a direção do grupo, como também, será transferida para lugar muito distante e não irei, naturalmente dessa forma prejudicar essa benemérita professora.

Lá em Ponta Grossa, além dessas nomeações da forma como estão sendo feitas, ainda há, o que é mais grave, nomeações frias também. Lá em Ponta Grossa, apareceu uma professora num dos grupos da cidade, com uma nomeação sem assinatura nem do sr. Secretário da Educação nem do sr. governador do Estado. Já estão chegando ao cúmulo de se apossarem de diplomas, ou de fazerem à máquina o nome das professoras, ou para iludir as professoras ou para desmoralizar o ensino no Paraná, e principalmente a Secretaria da Educação na frente da qual infelizmente se encontra um representante de Ponta Grossa, mas que não tem reagido. S. Excia. tem permitido tôdas essas imoralidades. O sr. Nivon Weigert não deveria continuar na Secretaria, porque êle está permitindo, no ensino do Paraná, as maiores desmoralizações. E não é só em Ponta Grossa, como já citei há poucos dias, desta tribuna, em que o sr. deputado José Hoffmann quis interferir e desmo-

ralizar a Faculdade de Filosofia, de Direito, e a de Farmácia e Odontologia. Agora é o ensino primário, que ainda até agora, graças a Deus, no Paraná, era um ensino que a gente se orgulhava dêle, porque era um bom ensino. Porque professoras normalistas do Paraná com rarissimas exceções, são dignas, são competentes e sabem ensinar. As nossas escolas normais são orgulho para nós e para o Brasil. Mas, da forma como está sendo desmoralizada, é um desestímulo às profesoras normalistas, que estão sendo preteridas a profesoras semi-analfabetas, que não possuem o curso primário, que são nomeadas e vão para grupos em cidades onde há escolas superiores, como em Ponta Grossa, onde há escolas normais, onde não poderia, de forma alguma, uma professora sem o curso normal ensinar no grupo. Mas, em Ponta Grossa está acontecendo isso e isso é, como disse o sr. deputado Joaquim Néia, do conhecimento de todo o Paraná.

Quero deixar o meu apêlo ao sr. Secretário da Fazenda, que foi um Deputado e amigo nosso nesta Assembléia, que é um homem humano, que êle naturalmente sabe compreender que o povo, que os funcionários públicos, as professoras, principalmente, que ganham ordenados de fome, não podem receber seus vencimentos com atraso porque isso vai agravar mais sua miséria, vai trazer mais dificuldades para sua manutenção, porque, como disse, elas terão que recorrer a empréstimos com juros muitas vêzes escohchantes. Não é possivel que continue, num Estado como o nosso, que cada vez arrecada mais. Tenho conhecimento, de fonte digna, que Ponta Grossa arrecada, dia a dia mais. E no Paraná todo dia cresce mais a arrecadação. A Secretaria da Fazenda nunca arrecadou tanto na sua vida administrativa. Hoje é o Paraná um dos Estados que arrecadam mais, que arrecadam bem. Portanto, poderia pagar seus funcionários em dia, como também, poderia e deveria aumentar os vencimentos dos funcionários, ou aprovando o projeto do deputado Agostinho Rodrigues, ou que seja enviado com urgência, para esta Casa, o plano de reclasificação, que jamais acreditamos nele, nem o próprio funcionalismo porque êsse plano já deveria estar aqui para que se convocassem os srs. Deputados que estão no interior para tomarem providências, para que essa gente deixe de sofrer, que tenha estímulo para trabalhar num Estado tão rico, que, com o trabalho honrado e digno dos funcionários públicos cada vez se engrandecerá mais no concêrto da nação.

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Waldemar Daros.

O SR. WALDEMAR DAROS — Sr. Presidente, srs. Deputados. O Expediente lido hoje, nesta Casa, nos dá notícia de duas mensagens governamentais. A primeira, de n.o 68-60, objetiva a autorização da abertura de um crédito especial no valor de 20 milhões e 200 mil cruzeiros ao Departamento de Águas e Energia Elétrica destinado à construção de uma usina hidrelétrica de 500 HP, em São João do Caiuá, com aproveitamento do rio do mesmo nome.

A segunda, de n.o 70-60, com o mesm oobjetivo, autorizando a abertura do crédito de 20 milhões de cruzeiros para a construção de uma usina hidrelétrica, primeira etapa, com 500 HP, no rio Anhumai para fornecimento de energia elétrica à séde do município de Paraiso do Norte.

S. Excia., o sr. governador do Estado, está inventariando o dinheiro público, nestes últimos instantes de sua vida como chefe do Poder Executivo. A construção de usinas, ao apagar das luzes de seu govêrno, não tem outro objetivo senão aquêle de enganar as populações dêsses municípios, visando, única e exclusivamente, a obtençã de votos para o seu candidato. Sabemos que a construção de usinas hidrelétricas demanda muito tempo, demanda trabalho e muito dinheiro. Estas mensagens, de última hora, têm

com a finalidade, como já disse, apenas enganar as populações dessas duas regiões.

O Paraná arrecadou na taxa de eletrificação, do ano de 1954 ao de 1959, a quantia de 1 bilhão 734 milhões 554 mil cruzeiros e 60 centavos. Esta importância vem contida na resposta a um pedido de informações que dirigimos ao sr. chefe do Poder Executivo. Entretanto, S. Excia., nessas informações, instado para que informasse onde havia pôsto o dinheiro arrancado do povo do Paraná para o fundo de eletrificação, informa que empregou, na administração do Departamento de Águas e Energia Elétrica, a importância de 1 bilhão e 300 e tantos milhões de cruzeiros, quando é certo que o dinheiro arrecadado com a taxa de eletrificação tem fim específico, que seria a industrialização de energia elétrica em nosso Estado.

Êsse Govêrno, que aí está, passou sua existência e agora encontra-se ao seu término e pretende, no fim do seu mandato, enganar o povo do Paraná com a pretensa construção de pequenas usinas no interior do Estado. Deve o Govêrno do Estado, realizar e executar um plano de obras que venha favorecer tôda a população do Paraná. Isto só encontraria uma solução com a construção de Capivari-Cachoeira, que fornecerá ao Estado do Paraná cêrca de 230 mil Kw em suas quatro etapes. Essa Usina estava orçada em um bilhão e duzentos mil cruzeiros em 1956. Entretanto, o govêrno do Estado, não sabemos porque, deixou de concretizar a construção de Capivari-Cachoeira que, se a tivesse iniciado em 1956, já estaria ao término de sua 4a. etapa.

Temos esperança que o govêrno que aí vier, possa pôr em execução o plano de eletrificação de nosso Estado, único capaz de abastecer a vasta região paranaense tão carente de energia elétrica. Se o Paraná hoje goza de situação financeira invejável, é porque o ciclo do café está em plena ascendência, dando ao Estado recursos de grande monta. Entretanto, decorrido êsse ciclo, se o govêrno não buscar uma solução para a industrialização de nosso Estado voltaremos a ser uma das unidades mais pobres da Federação, porque o Paraná não possue indústrias.

Curitiba, hoje com uma potência fornecida pela Companhia Fôrça e Luz de 42 mil quilowats, tem o consumo total dessa produção, apenas, nas pequenas indústrias e no fornecimento a particulares para nossa cidade. Se tivessemos energia elétrica em Curitiba com a concretização da estrada Curitiba-São Paulo, que se realizará em dezembro próximo, veriamos nosso parque industrial desenvolver-se satisfatòriamente. O Paraná e Curitiba, possuem mão de obra mais barata, matéria prima mais barata, imóveis na periferia por um preço, em confronto com aquêles nas principais cidades de nosso Estado, também, muito mais barato.

Se formos à Companhia Fôrça e Luz, neste instante, e pedirmos um cavalo de fôrça para a instalação de qualquer pequena indústria em nossa cidade não o obteremos porque a compahia está empregando todo seu consumo no gasto feito pela população curitibana, não podendo, assim, atender qualquer pretensão da indústria nesta cidade.

Naturalmente, essas duas mensagens governamentais passarão pela crivo das comissões técnicas desta Casa. E aqui, neste momento, quero chamar a atenção dos srs. Deputados, principalmente, dos componentes das Comissões Técnicas ou seja da Comissão de Constituição e Justiça e das Comissões de Orçamento e de Finanças desta Casa que, há poucos dias, também, S. Excia. o sr. governador, remeteu a esta Assembléia uma mensagem onde pretendia a abertura de um crédito especial na importância de 42 milhões e 500 mil cruzeiros para adquirir uma usina hidrelétrica em Antonina, com uma potência de 600 HP.

Notem que, naquela mensagem, S. Excia. o sr. governador, pretendia abertura de um crédito de 42 milhões e 500 mil cruzeiros para a compra de uma usina que produziria 600 HP. Entretanto, hoje remete duas mensagens de autorização de crédito. Uma de 20 milhões e 200 mil cruzeiros e a outra

de 20 milhões de cruzeiros para a construção de duas usinas, cada uma com 500 HP. Pergunta-se: cimo é possivel que, agora, S. Excia. reconheça que para a construção de uma usina de 500 HP, careça apenas de 20 milhões de cruzeiros, quando ontem remetia a esta Casa uma mensagem onde solicitava a importância de 42 milhões e 500 mil cruzeiros para a compra de uma usina com apenas 100.000 H.P., como está pretendido nesta mensagem remetida, hoje, a esta Casa.

São fatos que podiam passar despercebidos, mas, são de real importância para mostrar como vai a administração pública em nosso Estado porquanto ontem, em uma mensagem governamental, S. Excia., o Sr. Governador requisitou um crédito de 42 milhões e 500 mil cruzeiros para adquirir uma usina de 600.000 H.P., e hoje para a construção de uma usina, de quase igual potncia, com apenas 100.000 H.P. menos, solicita S. Excia. 20 milhões de cruzeiros para uonstrução da mesma.

É uma disparidade, um contra-senso que mostra bem o cáos da administração pública de nosso Estado.

Esperamos, como dise, que as Comisões Técnicas se pronunciem eficientemente para que atos dessa natureza não venham fazer com que o dinheiro público seja lançado ao bel-prazer de interêsses políticos e escusos.

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua a Hora do Expediente.

O SR. NILSON RIBAS — Peço a palavra, Sr. Presidente. Sr. Presidente e srs. Deputados. Solicitei a palavra para que fique consignada nos anais desta Casa, as declarações do Sr. Garibaldi Reale, Presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores, publicadas nos jornais de hoje, o "Estado do Paraná" e o "Diário do Paraná", em cujas declarações S. Excia., faz referência ao plano que acaba de ser votado pela Junta Administrativa do I.B.C., de comercialização da safra cafeeira para o próximo ano, que deverá ser iniciado a 1º de julho.

Acontece que, como declara aquêle cidadão o "Esquema cafeeiro foi aprovado sem uma voz de protesto".

Diz S. Excia., que a lavoura cafeeira foi mais uma vez traída pelos seus representantes no órgão incumbido de ditar política cafeeira. Ocorre, que, como é do conhecimento de todos, o custo de vidá tem se elevado de maneira alarmante em todo o território nacional e evidentemente, a lavoura cafeeira também foi sujeita à esta elevação da sua produção. E os prêços estipulados pelo Instituto Brasileiro do Café e aceitos sem restrições por todos os representantes da lavoura paranaense na Junta Administrativa do I.B.C., iguais ao do ano passado e até talvez, inferiores de sorte que S. Excia., tem razão quando diz que a lavoura cafeeira foi mais uma vez traida pelos seus representantes, porque é sabido que o Paraná vem sofrendo tôda sorte de restrições e privações na comercialização do seu principal produto de exportação que é o café, por falta exclusiva de representações no órgão autárquico do Govêrno Federal que estipula os prêços para o café.

Acontece que na Junta Administrativa do I.B.C., possue no Paraná quatro representantes os quais, infelizmente, têm descurado criminosamente dos problemas da Agricultura paranaense.

Assim, chegando ao cumulo de aprovarem um plano que vem prejudicar sériamente os interêsses do Paraná sem sequer um protesto naquêle órgão de qualquer um dos representantes do Estado do Paraná na Junta Administrativa.

Eu, particularmente, já esperava que isto ocorresse, porque não é a primeira vez que os nossos representantes naquela autarquia têm falhado. E levando em conta que o Paraná não conseguiu nem sequer nomear um Diretor do I.B.C. o que seria um direito líquido e certo, como o maior Es-

tado produtor de café do Brasil, não o conseguiu, evidentemente, por falta de prestígio do govêrno estadual, lá junto aos órgãos federais, porque o representante que lá existe e que dizem que representa a cafeicultura paranaense é elemento completamente desvinculado do círculo econômico do Paraná e, até mesmo, elemento de estrita confiança do atual Presidente do I.B.C. De sorte que o que acontece é, realmente, que o nosso Estado não possui, na representação do Instituto Brasileiro do Café, nenhuma pessoa, nenhuma voz capaz de defender os interêsses sagrados dos lavradores paranaenses, que estão, como vêm comprrovar as declarações do Presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores sr. Garibaldi Reale, completamente abandonados e relegados a plano de grande inferioridade.

Os lavradores de café já não estão conseguindo mais manter suas propriedades, porque não podem pagar um preço justo ao colono, àquele trabalhador rural que vem realizando tôda sorte de provações e levando uma vida de verdadeira miséria, porque o colono que trabalha nas fazendas de café está ganhando minguados ordenados, que absolutamente não lhe permitem nem sequer sustentar as suas famílias.

De sorte que, fazendo côro com as declarações de Garibaldi Reale, desejo deixar nesta Casa consignado, mais uma vez, o meu protesto por êste crime que se comete contra o homem da lavoura cafeeira paranaense, que vem desenvolvendo tôda a sua atividade e empregando todos os seus esforços no sentido de dar êste progresso fabuloso que o Paraná tem tido sem ter da parte do poder público, quer Federal, quer Estadual, nenhuma assistência. Sabem os senhores deputados que o nosso Porto, o Porto de Paranaguá, está abarrotado de café da safra passada, possuindo lá estocado, aproximadamente 7 milhões de sacas de café, que estão na mão dos intermediários. Êste café foi adquirido pela firma interventora ao produtor, ao preço irrisório de 1 mil e 800 cruzeiros a saca e será dentro de 2 ou 3 dias, transferido, por um passe de mágica ao Instituto Brasileiro do Café, por cêrca de três mil cruzeiros a saca, ficando ainda o I.B.C. incumbido de pagar os impostos e o transporte dêste produto até o porto. De sorte que os intermediários, que adquiriram êste café por uma soma bastante insignificante, irão ganhar verdadeira fortuna, sòmente porque, infelizmente a lavoura cafeeira não possui fôrça suficiente junto aos órgãos autárquicos federais para fazer prevalecer os seus direitos e os seus interesses na produção cafeeira.

O intermediário, que tem tido até agora a felicidade de fazer as instruções do IBC serem votadas tôdas de acôrdo com seus interêsses, e que vêm ganhando verdadeiras fortunas do dia para a noite, como já se verificou no início da safra, quando uma firma interventora adquiriu pràticamente todo o café das lavouras paranaenses pelo preço que já mencionei, de 1.800 a 2.000 cruzeiros, e que agora transferirá ao IBC por perto de 3.000 cruzeiros a saca, ganhando, por conseguinte, uma soma vultosa sòmente porque teve a proteção do IBC e do Banco do Brasil para obter o financiamento daquele órgão a fim de adquirir o café que, de acôrdo com a lei que criou o IBC, deveria ter sido adquirido por aquêle órgão, e não por firma interventora.

Esta aí a sorte da cafeicultura paranaense, mais uma vez, relegada a plano de absoluta inferioridade e de completo abandono.

Acontece que o Paraná, como já tive oportunidade de frizar, não possui representação na autarquia cafeeira e, por isso, os problemas da lavoura paranaense não são atendidos e não são olhados e ano após ano o resultado vem sendo sempre êsse, de ver-se o agricultor completamente espoliado e roubado pelos intermediários. Quem mais sofre com essa situação é, evidentemente, o trabalhador rural, que não pode receber um pagamento, um salário condigno como aquilo que êle deveria ter, que de fato merece.

Apenas desejo, nesta oportunidade, repetir aquilo que já tenho dito

por diversas vêzes nesta Casa, que minha palavra sirva pelo menos como um protesto para que não fique êsse assunto tão palpitante para o Estado do Paraná sem ser abordado nesta Casa Legislativa nesta Casa do povo.

No mês de setembro do ano passado, quando o Pôrto de Paranaguá começava a apresentar os primeiros sintomas de paralização, tive oportunidade de vir a esta tribuna para denunciar que aquêle fenômeno iria ocorrer no pôrto de exportação e depois disso, por diversas vêzes, ocupei a tribuna com o mesmo objetivo, sem qualquer resultado positivo para a economia paranaense porque, infelizmente, os homens que nos representam na esfera federal não têm se preocupado com o problema do agricultor. Estão êles apenas cuidando dos interêsses temporários do atual Govêrno, que visa tão sòmente terminar seu mandato sem maiores preocupações e sem maiores perturbações.

De sorte que eu deixo aqui, nesta oportunidade o meu apêlo a todos os srs. Deputados que representam a zona cafeeira do Paraná para que voltem suas vistas para êsse problema de tamanha importância e de tamanha magnitude para a economia do nosso estado e do nosso povo.

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Continua a hora do Expediente. **(Pausa).** Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra na hora do Expediente, declarou-a encerrada.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 24 srs. Deputados.

Sôbre a Mesa Projetos de lei de autoria dos srs. deputados Agostinho Rodrigues e Waldemiro Haneiko. **Apoiados.** Irão à C.C.J.

Requerimentos de autoria dos srs. deputados Nilson Ribas. — **Os artigos acham-se publicados no final desta ata.**

Requerimento do sr. Agostinho Rodrigues. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Waldemiro Haneiko. Será incluido na ordem do dia da próxima sessão.

Requerimento de autoria do sr. Renato Bueno. — **Aprovado.**

O SR. ANTONIO RUPPEL — (**Pela ordem**). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os srs. deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. 5 o aprovam.

Os srs. deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. 1 o rejeita.

A Mesa informa que não se encontrando no plenário 15 srs. deputados, vai considerar encerrada a presente sessão, convocando outra para o dia 30, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA

Levanta-se a sessão.

OBSERVAÇÃO: — Os artigos a que se refere o sr. deputado Nilson Ribas e cuja transcrição nos Anais foi requerida por S. Excia. são os seguintes:

"JUNTA ADMINISTRATIVA DO IBC É UM ÓRGÃO FALIDO E DESPERSONALIZADO"

De regresso do Rio de Janeiro, o sr. Garibaldi Reale, presidente da APAC, presta declarações sôbre as últimas reuniões do órgão legislativo do IBC — 'Foi com 65 dinheiros que o govêrno comprou a consciência de alguns traidores, que massacraram as aspirações de uma classe que, ao meu ver, está prestes a sossobrar" — Reunião de cafeicultores em Londrina, no próximo dia 3

De regresso do Rio de Janeiro, onde esteve tratando de assuntos de interesse da Associação Paranaense de Cafeicultores o sr. Garibaldi Reale,

presidente da entidade, concedeu a seguinte entrevista à imprensa:

"Acompanhamos o desenrolar dos trabalhos da Junta Administrativa, no Rio de Janeiro, voltei desanimado e desiludido no que se refere à atuação de seus membros.

Convoquei uma reunião da diretoria da APAC para o próximo dia 3, em Londrina, onde pretendo fazer um relatório, no qual darei conhecimento aos cafeicultores, da maneira pela qual estão representados no IBC".

DENUNCIA

Prosseguindo disse: É de notar que, dos 31 membros que compõem a Junta, 17 são representantes da lavoura dos diversos Estados cafeeiros. Todos êles muito bem pagos, pois recebem 65 mil cruzeiros fixos por reunião e mais 10 mil cruzeiros para as passagens. Isto quem paga são 65 cafeicultores e, foi com esses 65 dinheiros que o Govêrno comprou a consciência de alguns traidores, que massacraram as aspirações de uma classe que ao meu ver, está prestes a sossobrar.

Desejo esclarecer que estou fazendo estas declarações em caráter pessoal não envolvendo o meu cargo de presidente da APAC. Entretanto, na reunião de Londrina, perante a diretoria e os cafeicultores serei mais incisivo, e, então, falarei como o presidente da entidade e, se acharem que não devo agir desta maneira renunciarei ao cargo. Naquela reunião a meu ver, trairam os seus mandatos na Junta Administrativa do IBC".

ORGÃO FALIDO

"A Junta do IBC — disse é um órgão falido, despersonalizado, onde raríssimas excessões, dois ou três tomam alguma atitude.

O mais vergonhoso é que dentro da própria representação da lavoura, foi onde o Govêrno encontrou os Judas, que defenderam intransigentemente o seu esquema, repudiando o substitutivo que melhoraria a situação insustentável dos cafeicultores. Apesar de defendermos Cr$ 600,00 por saco de 60 quilos no interior, concordaríamos, quando vimos a disposição da maioria em transigir para Cr$ 3.000 00 ou Cr$ 1.000,00 em coco no interior. Pelo esquema do Govêrno não receberemos nem Cr$ 2.400,00 pelo tipo 4 livre, de bebida Rio. No substitutivo, nos batemos para que o Govêrno pagasse Cr$ 2.950,00 para os 20% do consumo interno, até o tipo 7 e não só para o tipo 4.

Em princípio, diversos diretores do IBC acharam justa esta medida, que visava garantir um mínimo de Cr$ 2.700,00 ou Cr$ 900 00 em coco. Mas, quando vimos que os próprios representantes da lavoura repudiavam o substitutivo, verificamos a inutilidade do nosso esforço, pois, a esta altura, já estávamos miserávelmente traídos e vendidos. Prevaleceu pura e simplesmente, o esquema do Govêrno, sem o menor protesto, a não ser de um representante da lavoura paulista.

No plantão o assunto nem foi discutido e, quando vimos, já estava aprovado, sem uma única voz de protesto. A lavoura estava apunhalada por quem tinha a obrigação de defende-la".

AÇÃO JUDICIAL

Com referência a ação que a Associação Paranaense dos Cafeicultores vai iniciar contra o Instituto Brasileiro do Café, a respeito do mandado de Segurança ganho pela entidade, o sr. Garibaldi Reale prestou os seguintes esclarecimentos: "Há mais de um ano, em abril do ano passado, o Tribunal Federal de Recursos confirmou a sentença de 1a. instância, mandando cassar o mandato dos representantes e suplentes eleitos num pleito irregular aqui no Estado. Note-se que para se ganhar uma ação contra a máquina do Govêrno é necessário que o assunto seja muito escabroso e imoral. Pois ganhamos. A lei determida que o prazo de execução de um mandado de segurança é de oito dias improrrogáveis. Pois faz 1 ano e três meses que o TFR publicou a sentença e intimou, não só a diretoria do IBC, mais o ministro da Fazenda e até agora a mesma não foi executada. Qualquer advogado sabe que, os atos praticados contra sentenças de juiz ou Tribunais, são

nulos, mais ainda, constitui crime de responsabilidade. Todos os atos que o IBC praticou e vai praticar, desde abril do ano passado, são nulos. Portanto são nulos o esquema cafeeiro e o regulamento de embarques votados pelos representantes da lavoura do Paraná, cujos mandatos estão cassados desde aquela época".

Mais adiante, disse o sr. Garibaldi Reale: "Fui mesmo ao Rio ingressar em Juizo, com o intuito de obrigar o IBC ou o Govêrno Federal a cumprir uma determinação da justiça. Os nossos advogados, homens ponderados, verificando a gravidade da medida que iamos tomar, solicitaram me um último contato com os responsáveis, a fim de se evitar uma grave crise, que se afigurava ao iniciarmos a ação. Atendendo a essa ponderação fui com o sr. Alcy Demillecamps na presença do cel. Francisco Paula Soares, no sentido de esclarecê-lo e dar-lhe conhecimento do que poderia acontecer. Disse para ambos que a suspensão da ação eu só tomaria depois de tornar a ouvir a Diretoria. Assim, no próximo domingo, relatarei, também, esse fato, mas na votação, declaro desde já, votarei pela ação".

E encerrando declarou: "Basta de mistificações; com gente da qualidade que estamos lidando, só medidas extremas".

* * *

"ESQUEMA CAFEEIRO FOI APROVADO SEM UMA VOZ DE PROTESTO Declarações do sr. Garibaldi Reale, presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores, sôbre a atuação da bancada paranaense, na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café" — "O Govêrno comprou a consciência de alguns traidores".

O sr. Garibaldi Reale, presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores, que se acha em Curitiba desde ontem, falando à reportagem de "O Estado do Paraná", sôbre o esquema cafeeiro aprovado pela Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, declarou o seguinte:

"Acompanhando o desenrolar dos trabalhos da Junta Administrativa, no Rio de Janeiro voltei desanimado e desiludido no que se refere à atuação dos seus membros.

Convoquei uma reunião da diretoria da APAC, para o próximo dia 3, domingo, onde pretendo fazer um relatório, no qual darei conhecimento, aos cafeicultores, da maneira pela qual estão representados no IBC.

É de se notar que, dos 31 membros que compõem a Junta 17, são representantes da lavoura dos diversos Estados cafeeiros.

Todos êles, muito bem pagos, pois recebem 65 contos fixos por reunião e mais 10 contos para as passagens. Isto quem paga são os cafeicultores, e foi com êsses 65 dinheiros que o Govêrno comprou a consciência de alguns traidores, que massacraram as aspirações de uma classe que, a meu ver, está prestes a soçobrar.

Desejo esclarecer que estou fazendo estas declarações em caráter pessoal, não envolvendo o meu cargo de presidente da APAC. Mas na reunião de Londrina perante a diretoria e os cafeicultores serei mais incisivo e, então, falarei como o presidente da entidade, e se acharem que não devo agir desta maneira, renunciarei ao cargo.

Nessa ocasião denunciarei, nominalmente, os que, a meu ver, trairam os seus mandatos naquêle órgão.

A Junta, a meu ver é um órgão falido, despersonalizado, onde raríssimas exceções, 2 ou 3, tomam alguma atitude.

O mais vergonhoso é que dentro da própria representação da lavoura foi onde o Govêrno encontrou os Judas, que defenderam intransigentemente o seu esquema, repudiando o substitutivo que melhoraria um pouco a situação insustentável dos cafeicultores. Apesar de defendermos Cr$ 3.600,00 por saca de 60 quilos no interior, concordariamos, quando vimos a disposição da maioria em transigir para Cr$ 3.000,00 ou Cr$ 1.000,00 em côco no interior. Pelo esquema do Govêrno, não recebemos nem Cr$ 2.400 00 pelo tipo 4 livre, de bebida Rio. No substitutivo, nos batemos para que o Govêrno

pagasse Cr$ 2.950,00 para 20% do consumo interno, até o tipo 7 e não só para o tipo 4.

Em princípio, diversos diretores do I.B.C. acharam justa esta medida, que visava garantir um mínimo de Cr$ 2.700000 ou Cr$ 900,00, em côco. Mas, quando vimos que os próprios representantes da lavoura repudiavam o substitutivo, verificamos a inutilidade do nosso esfôrço, pois, a essa altura, já estavamos miseràvelmente traidos e vendidos. Prevaleceu pura e siplesmente, o êsquema do Govêrno, sem o menor protesto, a não ser de um representante da lavoura paulista.

No plenário o assunto nem foi discutido e quando vimos, já estava aprovado, sem uma única voz de protesto.

A lavoura estava apunhalada, por quem tinha a obrigação de defendêla".